

Israel, a Fortaleza Sitiada

Israel, the Besieged Fortress

José Carlos San-Bento
Universidade dos Açores

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3572-741X>

Resumo

Este ensaio percorre sumariamente a história do Estado de Israel e salienta o facto de esta ser marcada por uma constante luta contra vizinhos hostis. Israel prevaleceu devido a opções de natureza geopolítica que lhe asseguraram várias vitórias militares e a viabilidade do seu Estado, mas que não sanou a necessidade de acomodação e conciliação com a causa palestiniana. A profunda rivalidade hostil entre uma facção minoritária e radical palestiniana e Israel é uma ameaça à paz no Médio Oriente e à estabilidade da Ordem Mundial. O texto termina com uma caracterização da legitimidade no subsistema internacional do Médio Oriente e com um possível roteiro para a Paz.

Palavras-chave: Israel; Palestina; Geopolítica; Ordem Mundial; Paz.

Abstract

This essay briefly reviews the history of the State of Israel and highlights the fact that it is marked by a constant struggle against hostile neighbors. Israel prevailed due to geopolitical choices that ensured it several military victories and the viability of its State, but that did not resolve the need for accommodation and conciliation with the Palestinian cause. The deep hostile rivalry between a minority and radical Palestinian faction and Israel is a threat to peace in the Middle East and to the stability of the World Order. The text ends with a characterization of legitimacy in the international subsystem of the Middle East and with a possible roadmap for Peace.

Keywords: Israel; Palestine; Geopolitics; World Order; Peace.

1. Um Estado Sitiado por Inimigos

O dia 14 de maio de 1948 é uma data marcante do século XX e da História Contemporânea, assinalando o surgimento de um novo Estado soberano no Sistema Internacional contemporâneo: Israel.

Segundo a Bíblia, a perseguição ao povo de Israel remonta a tempos imemoriais. Uma das histórias mais célebres do Antigo Testamento é o relato da fuga dos escravos hebreus, por ordem divina e liderados por Moisés, do Egito dos faraós, através do Mar Vermelho, rumo à Terra Prometida.

O povo hebraico considera-se perseguido desde o início da História. Há 3000 anos, houve um reino de Israel entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo.

A tradição judaico-cristã afirma que o território no qual Israel foi fundado é a terra prometida por Deus ao primeiro patriarca, Abraão. Constituído-se, assim, como a verdadeira Pátria judaica. Esta região foi sempre um foco de guerras e disputas territoriais, tendo sido conquistada por assírios, babilônios, persas, macedônios e romanos.

Os hebreus foram conquistados, escravizados e transportados pelos babilônios que, por sua vez, foram conquistados pelos persas. Mais tarde, os hebreus fundam um novo reino da Judeia, que se transformou em protetorado do Império Romano.

Os judeus eram monoteístas, adoravam um só deus do qual não há imagens. Os judeus recusaram-se a venerar estátuas do imperador e a cultivar a idolatria. A cultura hebraica é singular, não é integrável nem assimilável. A relutância dos judeus em se inserirem no Império através do culto do imperador gerou profundos ressentimentos políticos.

Os romanos queriam destruir a identidade judaica. São eles que reconstruíram Jerusalém, expulsam os judeus e passam a chamar ao território *Philistia*, devido ao facto de ser o território onde residiam os filisteus.

Com o surgimento do Islão, no século VII d.C., a Palestina foi ocupada por tribos árabes, sendo posteriormente conquistada pelas Cruzadas europeias. Em 1516, estabeleceu-se o domínio Otomano na Palestina: uma ocupação que duraria 500 anos, até ao final da Primeira Guerra Mundial.

Sempre existiram judeus na Palestina, mesmo durante o período sob o domínio do Império Otomano, entre 1516 e 1918. Na primeira metade do século XIX, a imigração de judeus para a Palestina foi a maior em 2000 anos de História. Em 1844, a maioria da população de Jerusalém era já judaica.

Em novembro de 1918, o fim da Primeira Guerra Mundial marcou o desaparecimento de quatro dos sete grandes Impérios que se envolveram nessa conflagração. Do lado dos derrotados, das potências centrais, implodiram os impérios Alemão, Austro-Húngaro e Otomano.

A desagregação do Império Otomano levou ao surgimento da Turquia moderna, sob a liderança de Mustafá Kemal Atatürk – um dos grandes estadistas do século XX. O fim desse Império começou a ser debatido em 1916 através do acordo secreto Sykes-Picot, que definiu a repartição e as esferas de influência, entre o Reino Unido e a França, dos territórios libertos do domínio do Império Otomano.

O mapa do grande Médio Oriente seria mais detalhado no Tratado de Versalhes de 1919 e no Tratado de Sèvres de 1920.

O Tratado de Versalhes, firmado entre as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, de entre as muitas medidas que adotou, instituiu a Sociedade das Nações. Foi precisamente esta Organização Internacional que criou a figura do Mandato, um inovador instrumento jurídico que atribuía às potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial a administração de territórios pertencentes aos antigos Impérios derrotados, por esses não possuírem ainda as condições necessárias para se afirmarem como Estados independentes.

No tocante ao Próximo Oriente, a França obteve um Mandato da Liga das Nações para administrar o Líbano e a Síria, territórios que obtiveram, depois de um período de transição, a sua independência reconhecida em 1943 e 1946, respetivamente.

Ao Reino Unido foi concedido um Mandato para administrar as antigas províncias otomanas da Palestina, no Próximo Oriente, e do Iraque, no Médio Oriente, territórios que iriam requerer uma solução mais complexa e morosa. O território da Palestina era composto pelas atuais regiões de Israel, Jordânia, Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Ainda antes do fim da Primeira Guerra Mundial, os Britânicos tinham assumido, na Declaração de Balfour, o compromisso de ajudar a fundar um Estado judaico na Palestina, com a salvaguarda deste novo país não comprometer os direitos das populações não judaicas. Esta Declaração, assinada pelo ministro do Exterior do Reino Unido, Arthur James Balfour, surgiu depois dos britânicos manterem uma Política Externa e de Defesa ambígua na sua luta contra o Império Otomano. Primeiro, o Reino Unido apostou na revolta de tribos árabes contra os Turcos, uma política que faria emergir a figura do célebre oficial britânico T. E. Lawrence, que ficaria conhecido para a posteridade como Lawrence da Arábia – o filme *Lawrence da Arábia* com Peter O’Toole, Anthony Quinn e Omar Sharif, realizado por David Lean, lançado em 1962, é uma das obras-primas da Sétima Arte.

Depois de constatarem a dificuldade de fomentar a revolta das tribos árabes contra os otomanos, os britânicos firmaram um acordo com o Movimento Sionista, prometendo-lhes a fundação de um Estado independente na Palestina em troca do seu apoio contra os turcos. A causa Sionista tinha já nessa altura uma expressão relevante, em grande parte devido ao empenho de Theodor Herzl, judeu de origem austríaca, grande defensor da criação de uma pátria para o povo judaico.

Todavia, diversos desenvolvimentos internacionais pós-1918 inviabilizaram a concretização do compromisso britânico, assinado por Balfour em 1917, de fundar um Estado judaico independente, gorando assim as expetativas dessa comunidade.

Só mais de duas décadas e meia depois, após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, é que se verificaram os apoios políticos e as circunstâncias que permitiram desencadear o processo que culminou com a fundação do moderno Estado de Israel.

Para esse desfecho muito contribuiu a tomada de conhecimento, por parte da comunidade internacional, dos crimes hediondos do Holocausto. A perseguição e o massacre de mais de seis milhões de judeus, perpetrados pela máquina de guerra e de repressão nazi, gerou um ambiente de profunda consternação internacional que determinou, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, a criação de um Estado judaico na Pátria dos Judeus, na Palestina.

A ONU criou a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina que apresentou o seu relatório final à Assembleia Geral a 3 de setembro de 1947. Nesse Documento, era defendido o estabelecimento de um Estado judaico com base numa fundamentação que reconheceu a Declaração de Balfour de 1917 e também recorreu a argumentos com base “em fontes bíblicas e históricas”.

Quase dois meses depois, a 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 181, com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções. Este plano de partilha previa que o território da Palestina sob domínio britânico fosse dividido em um Estado árabe, para os palestinos, e no Estado de Israel, para os judeus. A Resolução 181 previa ainda um regime especial para Jerusalém, cidade santuário para as três grandes religiões monoteístas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. O Plano em causa foi aceite pelos israelitas, mas rejeitado pelos palestinos; por essa razão, nunca foi implementado em pleno.

Ainda no quadro da Resolução 181, a Jordânia, território que também fazia parte do Mandato atribuído aos britânicos em 1919 para o território da Palestina, manteve no essencial a configuração territorial que já tinha sido estabelecida pelos britânicos em 1922. A solução britânica criou o então designado Emirado da Transjordânia, regido por um Príncipe Hachemita. Em 1950, este Emirado viria a ser rebatizado como Reino Hachemita da Jordânia, designação que se mantém até aos nossos dias.

Assim, no dia 14 de maio de 1948, o dia 5 de Iyar de 5708 no calendário hebraico, David Ben Gurion proclamou a Independência do Estado de Israel, formalizando o surgimento do País.

A fundação do moderno Estado de Israel deve muito à sua diáspora nos EUA. Em 1948, Golda Meir, antiga refugiada judaica nos EUA, foi encarregada por Ben Gurion de angariar 15 milhões de dólares junto da comunidade judaica norte-americana. No fim da sua digressão pelos EUA, Golda Meir arrecadou 50 milhões de dólares. Foram esses preciosos recursos que permitiram a Ben Gurion organizar as suas Israel Defence Forces e comprar diverso material bélico à URSS e à Checoslováquia, via Jugoslávia.

O novo Estado judaico, cercado por inimigos árabes em todas as suas fronteiras, foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – atualmente, 134 países dos 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas reconhecem o Estado israelita, o que representa mais de dois terços dos países filiados nessa Organização.

Porém, o reconhecimento formal da independência de Israel, em 1948, por parte das duas Superpotências não evitou um ataque dos países da Liga Árabe na madrugada do dia seguinte à proclamação da independência israelita.

A Guerra da Independência de Israel durou quase dez meses, decorreu entre 15 de maio de 1948 e 10 de março de 1949, e opôs Israel a uma coligação constituída por sete países e ainda por um exército de palestinos: Egito, Iraque, Síria, Transjordânia (futura Jordânia), Líbano, Arábia Saudita, Iémen e ainda o Exército de Libertação Árabe, constituído por voluntários dos territórios palestinos. O Conflito terminou com uma surpreendente vitória israelita, formalizada com a assinatura de vários acordos de paz em 1949.

2. Uma Fortaleza no Deserto

O mito fundador do Estado israelita pode ser caracterizado como uma verdadeira luta existencial. A história contemporânea de Israel é marcada por uma luta incessante contra vizinhos hostis.

No caso israelita, a guerra surge sempre no horizonte da geopolítica, pois foi quase sempre através da força que o Estado judaico atingiu os seus imperativos geopolíticos.

A resposta à interrogação colocada pela relação entre o espaço territorial e a decisão do poder político soberano do Estado Israelita permite identificar quatro imperativos geopolíticos. O primeiro centra-se na necessidade premente de consolidar a coesão interna do Estado e afirmar a sua soberania. O segundo debruça-se na análise sobre a segurança das diversas fronteiras partilhadas com os Estados vizinhos e a inevitabilidade de construir uma fortaleza militar capaz de lhes resistir. O terceiro surge da necessidade de Israel estruturar uma aliança com uma potência global capaz de assegurar o rápido socorro ao País, na eventualidade de surgir uma circunstância de risco existencial para o Estado israelita. E por último, tornou-se prudente desenvolver uma força de dissuasão nuclear com credibilidade de intimidar inimigos, como o caso do Irão xiita.

As armas nucleares estratégicas constituem um elemento dissuasor da maior importância. Asseguram que, em caso de uma ameaça existencial, o Estado israelita possa causar danos extremos aos seus agressores. Porém, essa equação é mais complexa do que parece. As armas nucleares são concebidas para não serem utilizadas, constituem-se como opções de último recurso. Funcionam como elementos de dissuasão e de reforço da diplomacia. As armas nucleares não invalidam que os Estados contemporâneos abdicuem do controlo das suas fronteiras, da sua política externa e de outras dimensões do seu poder soberano para assegurar a viabilidade do Estado, a sua segurança e a integridade do seu território e a prossecução da sua estabilidade interna, o acesso a

recursos que permitem a prosperidade e o bem-estar da sua população e a sua influência no plano internacional.

Por outras palavras, mesmo para uma potência nuclear, a geopolítica continua a ser válida como análise a que os Estados recorrem para reforçar o seu poder nacional, maximizar vantagens e ponderar as melhores decisões políticas. As armas nucleares são um último recurso, só empregues em resposta a uma agressão e perante uma ameaça existencial.

A geografia constitui a determinante fundamental na formulação de uma política nacional, uma vez que é o elemento mais permanente. As características geográficas são estáveis e, por isso, os constrangimentos geográficos dos estados mantêm-se durante séculos, mesmo apesar de grandes desenvolvimentos tecnológicos que podem atenuar alguns aspetos da geografia mas que nunca a anulam.

O território israelita compreende uma área de 22 070 km² e é composto por três regiões distintas. Uma montanhosa e interior que se estende desde o Monte Hermon para sul até Jerusalém. Uma faixa de território plana e litoral que se estende da Região de Haifa, a norte, até Tel Aviv, a sul. Esta plataforma plana é servida por excelentes portos de águas profundas, fundamentais para o desenvolvimento do País, e oferece uma ampla frente marítima no Levante. E, finalmente, a região do deserto do Negev, que abrange o território meridional do País e que se estende a sul de Jerusalém e confina-se com o Rio Jordão, estende-se até à fronteira com o Egito e abrange ainda parte da faixa litoral entre o Sinai e o sul de Tel Aviv, onde se localiza a Faixa de Gaza. Esta região é ainda marcada pelo Estreito de Tiran, a porta de acesso de Israel ao Mar Vermelho através do Golfo de Aqaba. Estas características geográficas conjugadas com o clima desértico, impiedoso no verão, impõem grandes desafios ao desenvolvimento do país.

A faixa litoral, com boas infraestruturas rodoviárias e com bons portos de águas profundas, foi desenvolvida com base em atividades industriais, comerciais e de serviços. A sua geografia favoreceu o comércio e a formação de grandes aglomerados urbanos que geraram economias de escala com centros de investigação e de indústrias de ponta. Israel conta com *clusters* industriais de grande relevância internacional, sobretudo ao nível das indústrias militar, eletrónica, espacial, energética, *software*, biomédica, entre outras – o complexo industrial militar israelita foi um instrumento fundamental para a afirmação do novo Estado.

A região interior e o norte montanhoso do País teve um grande desenvolvimento agrícola. Inovações na irrigação e a investigação aplicada, proporcionada por universidades de ponta, permitiram o desenvolvimento do setor agrícola e das indústrias agroalimentares. Num território composto em mais de 75% por solos desérticos, supostamente condenados ao subdesenvolvimento, Israel implementou um dos setores agrícolas mais sofisticados e produtivos do Mundo. Na atualidade, o País é líder na pesquisa agrícola e é um exportador de produtos agrícolas.

Israel construiu uma vasta rede de infraestruturas de transportes e de equipamentos com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento económico. Esta opção contribuiu fortemente para a efetiva coesão interna do país. Esse esforço passou ainda pela absorção de grandes vagas de imigração judaica e pelo sempre sensível processo de gestão da sua minoria populacional árabe. A estimativa para 2024 da população residente em Israel aponta para cerca de 9,84 milhões de habitantes, dos quais 73% são judeus, 21% árabes e 6% de outras religiões.

A população árabe de Israel representa hoje um dos aspetos mais sensíveis à sua coesão interna. Ao longo da existência do atual Estado de Israel, a população árabe israelita foi sempre um aspeto sensível da segurança e estabilidade do país, tendo criado constrangimentos suplementares face a riscos de instabilidade, sublevação e até de sabotagens – uma possibilidade real face à ameaça da doutrina subversiva da OLP de Yasser Arafat, fundada em 1964. Porém, esta foi uma variável que Israel geriu com uma política simultaneamente de expatriação, por vezes forçada, e de integração.

O Estado israelita instituiu um sistema político de democracia liberal, sem constituição escrita, estruturado numa República com um parlamento – o Knesset – com 120 deputados. Os partidos asseguram a sua representação com base num sistema proporcional. O Presidente da República é o chefe do Estado e o primeiro-ministro é, por regra, o chefe do partido mais votado. O sistema político israelita é dinâmico e tem gerado várias alternâncias de governo.

A análise geopolítica não é apenas uma simples relação entre o espaço e o poder. O estudo das dinâmicas de poder decorrentes dessa relação exige tomar em linha de conta múltiplos fatores. Uns são conjunturais, variáveis com o tempo, e outros são estruturais, rígidos e estáveis, como, por exemplo, o terreno, o clima, a demografia e a idiosincrasia. Porém, esta análise obriga-nos a considerar sempre o mais imutável dos fatores: a geografia e os seus constrangimentos e condicionalismos, como por exemplo, recursos naturais, capacidade de acesso ao mar, fertilidade dos solos, rios, montanhas, desertos, planaltos, estreitos, penínsulas, promontórios, selvas, florestas, etc.

A localização geográfica de Israel impõe ao geopolítico um desafio analítico e prescritivo que se constitui como um verdadeiro pesadelo. A independência de Israel deixou claro que o novo Estado tinha de enfrentar um cenário de proporções dramáticas, um dos contextos geopolíticos mais hostis do nosso Planeta.

Há data da sua fundação, o novo Estado Judaico partilhava fronteiras com quatro países diferentes e sofria ainda a influência de um quinto. Todos árabes e todos declarados inimigos do novo Estado. O Egito, impetuoso e agressivo, a sudoeste; a Jordânia, inconformada e ambiciosa, sobretudo a leste, mas também a sudeste; a Síria, poderosa e aliada da União Soviética, a nordeste; e o Líbano, a norte. A sudeste existe ainda a proximidade com a Arábia Saudita. Israel não partilha fronteira terrestre

com os sauditas, mas a influência destes sobre o Golfo de Aqaba representa mais um risco a considerar.

O desafio colocado a Israel pela ameaça bem presente nas suas fronteiras obrigou o país a construir uma verdadeira cultura de fortaleza. O País tinha vencido a Guerra da Independência contra todos os seus vizinhos árabes. Porém, a prazo, o cenário de repetição de um ataque simultâneo e articulado em três frentes diferentes, potencialmente quatro, pode ser verosímil. Esta preocupação esteve sempre presente no pensamento geopolítico e geoestratégico israelita. Mais grave ainda é o facto de o País não ter profundidade estratégica. Ou seja, em caso de invasão, Israel não tem a capacidade de trocar território por tempo. Um ataque súbito e violento em três frentes diferentes colocaria o risco de colapso defensivo e tornava plausível o cenário dos tanques inimigos chegarem rapidamente às praias israelitas no Mediterrâneo.

A solução israelita foi desenvolver um forte dispositivo militar. Na década de 1960, Israel adquiriu centenas de tanques e de caças à França e aos Estados Unidos, adquirindo ainda a ambos os países diverso armamento ligeiro e pesado. Israel comprou caças Mirage IIC aos franceses, bem como mísseis e outro armamento de combate aéreo e ataque ao solo. Paralelamente, Israel construiu um complexo industrial militar estatal de ponta – a IMI (Israel Military Industries). O País elaborou uma doutrina militar defensiva própria apostando numa componente terrestre e aérea muito forte, com capacidade de ser utilizada em vários cenários de conflito. Para consolidar essa capacidade militar, o país criou ainda vários comandos militares distribuídos pelo seu território e formou uma elite de oficiais que viriam a ser lendários na História do País.

As Forças de Defesa de Israel (IDF – Israel Defense Forces), as *Zahal* em hebraico, adotaram uma doutrina militar adaptada às particularidades defensivas do Estado judaico. As opções centraram-se numa forte componente móvel terrestre e na superioridade aérea, embora prescindindo de bombardeiros de médio e de longo alcance. As *Zahal* foram desenvolvidas para travar um tipo de guerra específico, determinado por um território particular e contra inimigos concretos. Outra aposta estratégica foi a criação da famosa MOSSAD – os serviços secretos de espionagem e de inteligência do Estado judaico.

Paralelamente a estes esforços, Israel criou um regime jurídico *sui generis* para o serviço militar obrigatório que permitia uma capacidade de recrutamento e de prontidão militar extraordinárias. Em 1967, o País contava com uma população de apenas 2,7 milhões de habitantes, mas teve a capacidade de contar com mais de um quarto de milhão de efetivos militares na Guerra dos Seis Dias, 10% da sua população.

Foram ainda estruturadas várias vias rodoviárias e férreas que permitiam ao País lutar defensivamente num contexto militar de linhas interiores, com forte capacidade

de mobilidade das suas unidades e com linhas logísticas encurtadas, permitindo assim otimizar toda a sua resposta defensiva.

Israel procurou construir uma fortaleza no deserto, capaz de resistir a agressões dos vizinhos com quem partilha fronteiras. E teve a capacidade de o fazer em tempo recorde, num quadro de grande determinação e competência política e militar. Israel sempre contemplou umas forças armadas poderosas, com componentes maciças de tanques e blindados e de sistemas de armamentos de ponta. Os sistemas de defesa antimísseis de Israel representam um dos sistemas mais avançados do mundo, articulando três subsistemas: Iron Dome, Patriot e Arrow. Israel desenvolveu uma verdadeira estratégia defensiva de “Porco-espinho”, ou seja, uma enorme capacidade de dissuasão com base na doutrina geoestratégica defensiva de “hard to attack and impossible to digest”.

3. As Guerras de Israel e a Ordem Mundial

Como já referido, a Guerra da Independência de Israel decorreu entre 15 de maio de 1948 e 10 de março de 1949 e opôs Israel a uma coligação constituída por sete países e por um exército de palestinianos – Egito, Iraque, Síria, Transjordânia (futura Jordânia), Líbano, Arábia Saudita, Iémen e ainda o Exército de Libertação Árabe, constituído por voluntários dos territórios palestinianos –, resultando numa surpreendente vitória israelita, formalizada com a assinatura de vários acordos de paz em 1949.

Nesse conflito, com uma população de 600 000, Israel enfrentou um ataque combinado de exércitos de países com populações esmagadoramente superiores: 20 milhões de egípcios, 3 milhões de sírios, 4 milhões de iraquianos e 1,5 milhões de árabes na Palestina. Uma disparidade populacional e militar enorme que parecia condenar Israel ao colapso iminente. Israel contavam ainda contra si com a influência do Mufti de Jerusalém, um grande líder palestiniano e admirador confesso de Adolf Hitler.

Um dos aspetos geopolíticos que influenciaria o conflito e que é pouco referido pela bibliografia foi a abordagem dos países que compunham a Liga Árabe em relação ao estabelecimento dos objetivos do conflito. Todos concordavam em impedir a formação de Israel, mas os interesses comuns terminavam nesse objetivo. Todos discordavam sobre a repartição do território conquistado aos judeus.

Ao fim de quase dez meses de guerra, Israel contou com 6000 mortos, mas absorveu muito território, passando de 48% para 70% da área estipulada para os dois Estados, judaico e palestiniano, conferida pela resolução da ONU. O resultado foi a consagração de Israel e a inviabilidade em formar-se o Estado palestiniano.

No final de outubro de 1956, volta a surgir um conflito no Grande Médio Oriente com grandes repercussões geopolíticas globais envolvendo Israel, e desta vez determi-

nado pelo controlo do Canal do Suez. A Crise do Suez terminou com o fortalecimento da estrutura do sistema bipolar da Guerra Fria. Reforçou a rivalidade estratégica entre os EUA e a URSS e deixou claro que o palco mundial era controlado pelas duas superpotências globais.

Outro conflito que envolveu Israel e que teria grandes repercussões geopolíticas no grande Médio Oriente e no plano global foi a Guerra dos Seis Dias, que ocorreu em 1967.

No início de junho desse ano, Israel vivia um ambiente de crise aguda marcada pela ameaça de um novo conflito armado com os seus vizinhos e pelo clima de crise política no seu governo.

A 14 de maio de 1967, um espião russo informou o ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito de que Israel se preparava para atacar a Síria. A existência de um acordo de defesa entre o Egito e a Síria criou uma circunstância que obrigava o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, a agir. O líder egípcio terá sido mal-aconselhado pelas suas chefias militares, incluindo o seu chefe de Estado-Maior. Em 48 horas, o exército egípcio é mobilizado. Três divisões egípcias atravessam o Sinai com 45 mil soldados, 300 tanques, 450 veículos blindados e centenas de peças de artilharia.

No final de maio, o Egito decidiu bloquear o Estreito de Tiran. Na prática, esse bloqueio fechava o porto israelita de Eliat, porta de entrada das importações de petróleo israelitas através do Golfo de Aqaba e do Mar Vermelho.

A situação arrastou-se até ser solucionada com a formação de um novo governo israelita, um executivo de unidade nacional. A remodelação governamental ocorreu no dia 2 de junho. Eshkol manteve-se como primeiro-ministro, mas a pasta da Defesa foi entregue ao general Moshe Dayan. Três dias depois de Dayan tomar posse, Israel estava novamente em guerra com os seus vizinhos.

Pela primeira vez na sua História, Israel desencadeou um ataque preventivo, apanhando os seus inimigos de surpresa. A estratégia israelita baseou-se em duas ideias simples: primeiro, lançar um ataque surpresa em simultâneo a todas as bases aéreas inimigas com o objetivo de destruir a capacidade aérea e instituir a supremacia israelita no ar; e segundo, após essa destruição, iniciar imediatamente o ataque terrestre nas zonas geoestratégicas mais importantes do conflito.

Os resultados do ataque aéreo israelita foram devastadores. Em três horas, a força aérea egípcia foi totalmente destruída, 280 jatos modernos foram pulverizados no solo e transformados em sucata. A força aérea síria é aniquilada em duas horas e a jordana em nove minutos. Antes do meio-dia de 5 de junho, Israel assegurou a completa supremacia aérea. Meia hora depois de terminar a ofensiva aérea, Israel inicia a sua ofensiva terrestre.

A ofensiva israelita também serviu a causa da identidade de Israel, apesar do centro das preocupações ser o controlo de territórios fundamentais para o cumprimento

dos seus imperativos geopolíticos. Israel repeliu o exército jordano da Cisjordânia e expulsou os árabes da cidade velha de Jerusalém. Essa ofensiva libertou os mais importantes santuários religiosos dos Judeus. O célebre Muro das Lamentações, anteriormente confinado a um beco exíguo, tornou-se numa ampla praça com capacidade de albergar milhares de crentes, depois do exército israelita arrasar com buldózers um bairro árabe com 700 anos. Ao ocuparem lugares sagrados do Islão, os judeus abriram feridas geopolíticas profundas no Mundo Islâmico que ainda hoje não estão saradas.

Cinco dias depois, a guerra com a Jordânia e com o Egito estava terminada. Entretanto, no Egito, Nasser reuniu consternado os seus generais e confidenciou-lhes não existir outra opção que não aceitar o cessar-fogo proposto pela ONU.

Outro grande conflito envolvendo Israel com repercussões geopolíticas globais foi o ataque surpresa e simultâneo, em outubro de 1973, dos exércitos egípcio e sírio a Israel, no feriado judaico do Yom Kippur, dia em que os israelitas desmobilizavam grande parte das suas forças armadas e perdiam prontidão de resposta a uma agressão. O governo trabalhista israelita chefiado por Golda Meir é apanhado de surpresa e, numa reação desarticulada e tardia, perde mais de cem aviões abatidos por modernas baterias antiaéreas sírias e egípcias de fabrico soviético.

Israel enfrentava o risco de colapso militar sem ajuda externa. A administração Nixon prontificou-se rapidamente a enviar auxílio militar urgente a Tel Aviv. A resposta norte-americana implicou uma ponte aérea na qual a Base das Lajes, nos Açores, teve um papel decisivo na escala dos aviões de transporte estratégico C-5 Galaxy e sobretudo dos C-141 Starlifter.

Após semana e meia de guerra, os EUA vão mediar o cessar-fogo num conflito que já tinha custado 2500 mortos israelitas e 15 000 egípcios e sírios.

O presidente egípcio Anwar Sadat e o seu homólogo sírio Al-Assad aceitaram o cessar-fogo depois da Batalha do Vale de Bekaa, no Líbano, na qual Israel destruiu as colunas blindadas sírias e 80 aviões da força aérea síria, contra zero perdas israelitas.

Os sinais no campo de batalha davam conta de uma clara inversão da dinâmica do conflito a favor de Tel Aviv. Henry Kissinger, na altura secretário de Estado norte-americano, iniciou a sua chamada “diplomacia *shuttle*”, ao fazer dezenas de viagens entre as capitais dos países envolvidos no conflito com vista a acordar o cessar-fogo. Tel Aviv mostrava-se refratária à ideia de cessar-fogo, porém, a retórica soviética endureceu, chegando ao ponto de falar no uso de armas não convencionais.

Nos Acordos de Camp David de setembro de 1978, a administração Carter selou os termos do acordo de cessar-fogo de 1973 e ainda criou os entendimentos para o que viria a ser o Tratado de Paz entre o Egito e Israel assinado em 1979. O Egito reconhecia a existência do Estado de Israel e recuperava a Península do Sinai. Por sua vez, Tel Aviv ganhava o reconhecimento do Cairo e ficava ainda com a gestão da cidade velha de Jerusalém, da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

A ocupação israelita dos territórios palestinos, ao longo de décadas, provocou em 1987 a primeira grande revolta protagonizada por milícias palestinas, a Primeira Intifada. Estas convulsões provocaram milhares de mortos civis ao longo de quase seis anos, só terminando depois da intervenção diplomática da administração norte-americana de Bill Clinton.

No Acordo de Oslo, em 1993, foi possível dar passos importantes no sentido de uma solução política viável assente em cedências mútuas do lado israelita e palestino. A OLP, liderada por Yasser Arafat, renunciou à violência e ao terrorismo e reconheceu a existência do Estado de Israel. Porém, o Hamas não reconheceu esse Acordo, o que, na prática, dividiu e enfraqueceu a posição palestina. Por sua vez, o governo de Israel, liderado Yitzhak Rabin, reconheceu a formação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que funciona como um governo palestino, sendo uma entidade reconhecida com estatuto representativo no plano internacional.

Em 2000, falhou um novo Acordo de Paz de Camp David entre Arafat e o primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak. Esta foi a última grande iniciativa internacional da administração Clinton.

Finalmente, abordamos os recentes incidentes na Faixa de Gaza, iniciados a 7 de outubro de 2023, com o ataque de milícias do Hamas sobre território israelita contíguo à Faixa de Gaza. As repercussões geopolíticas desse conflito ainda estão em desenvolvimento, mas para já é possível constatar o alastramento do conflito a outras regiões do Médio Oriente, nomeadamente ao Iémen, ao Mar Vermelho e ao Golfo de Aden.

A iniciativa palestina provocou 937 mortos e mais de 200 reféns. O exército israelita bloqueou todos os acessos à Faixa de Gaza e posteriormente procedeu à invasão desse território com uma força militar avassaladora. As condenações diplomáticas internacionais têm vindo a isolar crescentemente Israel.

A abordagem desse conflito tem uma dimensão geopolítica inegável, para ambos os lados da contenda, todavia, há aspetos de política interna em cada um dos beligerantes que têm de ser considerados. O governo israelita atual é uma coligação de unidade nacional, mas todo o ciclo político precedente na última década contou com uma deslocação dos governos israelitas para a extrema-direita nacionalista e ortodoxa. Ou seja, a posição israelita extremou-se. Do lado palestino aconteceu o mesmo, a desunião entre o Hamas e a Autoridade palestina é uma evidência, prevalecendo o extremismo do Hamas.

A Guerra atual entre Israel e o Hamas já provocou a morte a 37 000 palestinos, 85 000 feridos e 1,7 milhões de deslocados. Esta tragédia teve repercussões no plano internacional favorável à causa palestina: 146 países-membros da ONU reconheceram o Estado Palestino, 10 dos quais são membros da União Europeia.

4. Um Caminho Para a Paz

A base de qualquer ordem mundial está intimamente associada a uma das grandes questões da filosofia política: o poder e a sua respetiva legitimidade. A legitimidade é entendida como a titularidade do poder político e o modo como ele é exercido, considerando a conformidade aos valores culturais da comunidade em causa.

O objetivo primordial de qualquer ordem é assegurar segurança e estabilidade com base em princípios comuns que reforcem a confiança e cooperação dos agentes dessa ordem. Em tempos, era a religião que definia a ordem e a sua legitimidade. No caso de Israel, foi a diplomacia, mas também o poder e o uso da força – *might makes right* – que asseguraram a segurança e a legitimidade do Estado judaico, o que explica em parte a influência dos militares na política israelita. Atualmente, o poder e a força são regulados e a legitimidade da titularidade e do exercício do poder está intimamente associado aos direitos humanos e a um regime democrático e liberal de tipo ocidental.

No caso particular da geopolítica do grande Médio Oriente, onde se situa o Estado israelita, esses conceitos de ordem liberal não se aplicam em pleno.

O subsistema da ordem internacional composto pelo espaço geopolítico do grande Médio Oriente é muito semelhante à Europa das guerras religiosas do século XVII, da época pré-Vestefália (Kissinger, 2001). As rivalidades não são económicas nem estratégicas, são religiosas e ideológicas. Os cânones da diplomacia de Vestefália não se aplicam. Os compromissos não são possíveis quando as questões de fundo não são de natureza concreta. Os diferendos dentro desse sistema são de legitimidade, ou seja, da própria existência do outro, do inimigo.

É claramente o caso do diferendo entre xiitas iranianos e os sunitas sauditas. E entre o islão no geral, particularmente o xiismo comandado por Teerão, e o judaísmo israelita, que por esses dias ameaça a incendiar o Médio Oriente. A obtenção de compromissos é frequentemente uma impossibilidade. A diplomacia é frequentemente bloqueada e as potências globais, sobretudo os EUA, preferem intervir numa lógica de “Balance of Power”. No essencial, defender Israel e armar a Arábia Saudita e, dessa forma, compensar o poder do Irão e a influência da causa xiita comandada por Teerão. Esta fórmula, articulada com a presença militar permanente dos EUA na Região no cumprimento da Doutrina Carter, garante a Tel Aviv mais margem de manobra para reforçar o seu poder e a sua influência regional.

Do ponto de vista geopolítico, o grande Médio Oriente é um *puzzle* de enorme complexidade. A região é um enorme centro de recursos de hidrocarbonetos, uma questão crucial para a geopolítica. Os Árabes percebem um desinteresse dos EUA, devido à autonomia energética americana por via dos avanços da tecnologia de *shale gas*. Os americanos mantêm essa importante região sob a atenção do seu *Central Command*,

todavia, os Sauditas sentem nervosismo com a possível retirada dos EUA e estão cada vez mais recetivos às investidas de Pequim, que ainda recentemente conseguiu realizar o reatamento de relações entre os arqui-inimigos Irão e Arábia Saudita.

Antes do ataque do grupo Hamas a Israel no dia 7 de outubro de 2023, Ryad e Tel Aviv estavam em vias de estabelecer relações diplomáticas oficiais. Este feito representaria uma grande viragem no quadro geopolítico do Médio Oriente. Seria um passo na direção da ordem de Vestefália, ou seja, uma acomodação de antigos poderes inimigos e uma aceitação de uma legitimidade com base na tolerância, no não uso da força e na não interferência na ordem interna de outros estados. Um progresso impressionante para uma região do Mundo que se define, no essencial e como já vimos, por um quadro pré-Vestefália.

Porém, a geopolítica de Israel é marcada por fatores que acentuam a sua sensação de vulnerabilidade. Israel conta com uma das mais desafiantes inserções geopolíticas do mundo. Tel Aviv reagiu a essa realidade estabelecendo imperativos muito claros. A mentalidade da fortaleza sitiada por inimigos levou Israel a desenvolver uma geoestratégia de “porco-espinho”, conceito aliás vendido e aplicado em Singapura. A ideia central é construir um aparelho militar defensivo poderoso e sofisticado, sem descuidar capacidades ofensivas, que dissuade qualquer aventura contra os seus interesses. “Difícil de morder e impossível de digerir”, esta podia ser a divisa resultante da sua geopolítica.

Nos finais da década de 1970, parecia que os conflitos entre Israel e a Palestina se iriam resolver. Tel Aviv conseguiu conquistas diplomáticas importantes. A sua relação com a Jordânia progrediu favoravelmente. Os avanços com o Egito foram extraordinários, o que aliás custou a vida ao presidente egípcio Anwar Sadat. Todavia, no caso concreto do problema dos palestinianos, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, o contexto geral degradou-se, conforme é bem visível atualmente. O Acordo de Oslo é uma miragem, já nem os seus princípios parecem válidos para nenhuma das partes em conflito.

O grande poderio militar israelita também provou que não é suficiente para dissuadir organizações paramilitares com capacidades assimétricas e híbridas. Israel não pode responder a esses ataques violando todas as normas do direito internacional e violando os princípios dos direitos humanos. Esta é uma opção errada que reforça os ressentimentos, aumenta as dificuldades futuras e isola Israel internacionalmente. É urgente voltar ao tempo e aos processos da diplomacia.

Uma ordem normalizada entre Israel e a Autoridade Palestiniana só poderá ser alcançada com uma intervenção de uma potência externa. A correlação de forças entre as duas partes é muito desequilibrada para deixar as partes entregues a si próprias na resolução de divergências. É necessária ajuda diplomática externa que permita progredir consistentemente e estabelecer uma relação construtiva entre as partes.

Atualmente, a posição de cada parte extremou-se em demasia. A influência da extrema-direita nacionalista e ortodoxa em Israel polarizou a política externa e de defesa de Tel Aviv. E do lado palestino, a primazia de Hamas em Gaza e a fraqueza da Autoridade Palestina na Cisjordânia não permite iniciar esse processo. A posição palestina é fraca e está desunida. Não falam a uma só voz.

O objetivo de compatibilizar os imperativos geopolíticos de Israel e a segurança e estabilidade no grande Médio Oriente só será alcançado com a interferência de agentes diplomáticos externos à região que mantenham a imparcialidade necessária à obtenção da confiança das partes, condição crucial para iniciar um processo que será longo e complexo, mas fundamental para estabilizar uma das regiões mais complexas do mundo do ponto de vista geopolítico.

Não é um objetivo facilmente alcançável. Os EUA são vistos como parciais. A União Europeia também. A Rússia atualmente vive dentro de uma *matrioska*, está isolada e não tem capacidade de intermediação. A China não tem histórico nem capacidade reconciliadora direta com nenhuma das partes. A ONU é fortemente rejeitada pelo governo israelita. A Liga Árabe tem um passado marcado por grande hostilidade contra Israel e é vista como sectária. A Turquia não é levada a sério por nenhuma das partes. Parece só restar o Egito. O Cairo tem interesses geopolíticos muito importantes na zona, mas terá a força e a vontade para ser um “power broker”? Eis a questão.

Uma coisa é certa. A geopolítica de Israel estabelece imperativos cujo cumprimento por parte de Tel Aviv provoca ondas de choque que abalam todo o grande Médio Oriente e se repercutem na ordem mundial. Por essa razão, a procura de soluções para assegurar a segurança e a estabilidade dessa região do Planeta deve ser encarada como uma prioridade da comunidade internacional, influenciando o Cairo a agir.

Parte da resposta a essa imperiosa questão poderá residir nas sábias palavras da ex-primeira-ministra Golda Meir, proferidas em 1973 no rescaldo da Guerra do Yom Kippur,

“A Paz chegará no dia em que o amor dos palestinos pelos seus filhos seja maior que ódio a Israel”.

Bibliografia

- ANDRADE, Luís – *Os Açores e os Desafios da Política Internacional*. Horta: Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2002.
- CORREIA, Pedro de Pizarat – *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Coimbra: Edições 70, 2018.
- DAYAN, Moshe – *Diary of the Sinai Campaign*. New York: Schocken, 1967.
- DIAS, Carlos Mendes – *Geopolítica: Conceptualização Clássica*. Lisboa: Sílabas e Desafios, 2018.
- FOREIGN AFFAIRS*. New York: Council on Foreign Relationships. Vol. 95, n.º 4 “The Struggle for Israel” (jul./ago. 2016). Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/issues/2016/95/4>
- FOREIGN AFFAIRS*. New York: Council on Foreign Relationships. Vol. 98, n.º 1 “Who Will Run The World? America, China and Global Order” (jan./fev. 2019). Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/issues/2019/98/1>

- FRIEDMAN, George – *Israel Geopolitical Country Profile*. Austin: Stratfor, 2008.
- GADDIS, John Lewis – *A Guerra Fria*. Coimbra: Edições 70, 2007.
- GILBERT, Martin – *Israel: a History*. 8.^a ed. New York: Harper Perennial, 2008.
- GILBERT, Martin – *História do Século XX*. Lisboa: D. Quixote, 2009.
- HUNTINGTON, Samuel P. – *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- KAPLAN, Robert D. – *The Revenge of Geography*. New York: Random House, 2012.
- KISSINGER, Henry – *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- KISSINGER, Henry – *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. New York: Touchstone, 2001.
- KISSINGER, Henry – *A Ordem Mundial. Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*. Alfragide: Don Quixote, 2014.
- KISSINGER, Henry – *Leadership, Six Studies in World Strategy*. New York: Penguin Press, 2022.
- MARSHALL, Tim – *Prisioneiros da Geografia. Dez Mapas que lhe revelam tudo o que precisa de saber sobre Política Internacional*. Oeiras: Desassossego, 2017.
- MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics. Updated Edition*. New York: W.W. Norton & Company, 2014.
- OREN, Michael B. – *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*. New York: Ballantine Books, 2003.
- PINTO, Jaime Nogueira – *Hegemonia, 7 Duelos Pelo Poder Global*. Lisboa: Crítica, 2021.
- ZAKARIA, Fareed – *The Post-American World: Release 2.0*. New York: W.W. Norton & Company, 2011.
- ZEIHAN, Peter – *Disunited Nations. The Scramble for Power in an Ungoverned World*. New York: Harper Business, 2020.